

ADunicamp

Publicação da Associação de Docentes da Unicamp • Campinas, São Paulo

Nº 17 • 11/12/2002

CONTINUIDADE DA LUTA: AUTONOMIA E DEMOCRACIA

A chapa Autonomia e Democracia eleita para dirigir a ADUNICAMP no período 2002-2004 tomou posse na última quarta-feira, dia 3, reafirmando o compromisso de luta intransigente em favor do ensino público de qualidade, da valorização do trabalho na Universidade, da isonomia das três universidades públicas paulistas, da defesa da autonomia e independência sindical e colocando-se firmemente contra a mercantilização e privatização do ensino. E assume a direção da entidade em plena campanha salarial, ainda não concluída.

Presidida agora pela Professora Maria Aparecida Moysés, da Faculdade de Ciências Médicas (FCM), a ADUNICAMP passa a contar, pela segunda vez desde sua fundação, há 25 anos, com uma mulher em sua direção. A primeira foi a Professora Helena Costa Lopes de Freitas, na gestão de 1987.

Em seu discurso de posse, a presidente destacou os desafios que o conjunto da nova diretoria terá pela frente nos 18 meses de sua gestão. A conjuntura em que a nova direção assume é das mais complexas. O artefato de estabilidade econômica que gerou e gera a crise de financiamento das universidades federais e o sucateamento dos serviços públicos, em especial nas áreas de Educação e de Saúde é decisivo nas dificuldades pelas quais passam as instituições públicas de ensino superior. "Mas o momen-

Foto: João Zentari



to é também de esperança por profundas transformações. E esta alegria aumenta a potência de atuarmos", ressaltou a presidente. Reafirmando, também, que a diretoria da entidade não negocia princípios, a presidente agradeceu os votos recebidos dos docentes da Universidade e defendeu a unidade com as demais entidades sindicais da Unicamp. "Temos um compromisso com o futuro. E para que um mundo melhor seja possível", salientou.

Na solenidade de posse, realizada no Auditório da ADUNICAMP, o reitor da Universidade, Carlos Henrique de Brito Cruz, mencionou a "história de realizações fundamentais ao desenvolvimento da Unicamp e da universidade pública de nossa Associação". A reitoria, salientou Brito Cruz, tem todo o interesse em dialogar no sentido de contribuir para o desenvolvimento da Unicamp, da universidade pública e do país. O reitor afirmou que fez questão de comparecer ao ato de posse ressaltando o papel da entidade nas lutas em defesa da educação e da Universidade públicas.

A cerimônia de posse foi precedida da Assembléia Ordinária em que foram apresentadas e votadas as contas da gestão anterior que foram aprovadas por unanimidade. Em sua abertura apresentou-se um quarteto de cordas composto por alunos do Instituto de Artes (IA). ▶

*A diretoria da Adunicamp
deseja a todos os associados
Feliz Natal e Próspero Ano Novo.*

*As atividades da Adunicamp
estarão suspensas de 23 de dezembro
de 2002 a 05 de janeiro de 2003.*

Assistiram ao ato de posse o vice-reitor José Tadeu Jorge, Gerardo Mendes Melo, secretário municipal de Desenvolvimento Econômico e Trabalho, o vereador Paulo Búfalo, do PT, presidentes e diretores de gestões anteriores, diretores de unidades de ensino da Universidade, professores, representantes do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) e da Associação de Pós-Graduandos da Unicamp (APG) e integrantes do DCE. A Associação de Docentes da USP (ADUSP), Cecília Coimbra, do grupo Tortura Nunca Mais, a Professora Rosa Inês Costa, da FCM e a diretoria do ANDES-SN encaminharam mensagens de solidariedade aos novos diretores da ADUNICAMP.



A Presidente eleita e o Professor Zan durante a posse.

Representantes do movimento defendem unidade entre entidades

A unidade de todas as entidades sindicais da Unicamp nas lutas que terão de ser travadas ao longo dos 18 meses de trabalho de gestão foi o grande destaque nas intervenções dos componentes da mesa na solenidade de posse da nova diretoria da ADUNICAMP. João Raimundo Mendonça de Souza, coordenador do Sindicato dos Trabalhadores da Unicamp (STU) mencionou a trajetória de luta comum das duas entidades e os caminhos importantes que ainda terão de ser trilhados. E, além disso, a etapa que se abre agora com a discussão, no interior da Universidade, de temas relativos às políticas afirmativas, entre eles a questão de reserva de cotas e da Reforma da Previdência, sem perder de vista a continuidade da luta pela defesa dos salários e das condições de trabalho.

Representante do ANDES-SN e integrante da diretoria anterior, o Professor José Vitorino Zago, do IMECC, reafirmou em sua intervenção a necessidade da manutenção da autonomia e independência do movimento em relação ao novo governo, eleito em outubro passado. Destacou, também, as deliberações de recente 45º CONAD (Conselho Nacional do ANDES-SN), contra o pagamento da dívida externa brasileira e sobre a necessidade de cobrança, por parte do movimento, da realização de um plebiscito oficial envolvendo toda a sociedade, sobre a participação do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). Defendeu, igualmente, a unidade, não apenas das entidades sindicais da Unicamp, mas de toda a classe trabalhadora.

O Professor Adolpho Hengeltraub, do Instituto de Física, representando o Fórum das Seis, assinalou a

importância que o movimento deve dar à crise pela qual passam as universidades federais. "Esta questão terá fortes reflexos nas universidades paulistas", advertiu. Acentuou o risco de prejuízos aos servidores públicos contidos em projetos relativos à Reforma da Previdência, que tramitam no Congresso Nacional.

A unidade entre as entidades do campus foi defendida também por Renata Belzunces dos Santos, integrante da atual diretoria da Associação de Pós-Graduandos da Unicamp (APG). "Reconhecemos a tradição de luta da ADUNICAMP e desejamos à entidade muitas lutas e vitórias", disse.

Ressaltando que as universidades paulistas têm condições de conceder, ainda este ano, abono reivindicado por docentes e funcionários, o Professor José Roberto Zan, do IA, que deixa agora a presidência da ADUNICAMP, lembrou a realização de compromissos programáticos de sua gestão, ligados à luta pela defesa da universidade pública, sem deixar de lado a questão salarial. Lembrou, ainda, a importância da discussão sobre o papel das Humanidades na universidade (que cada vez mais se baseia na lógica do mercado) contida no seminário Universidade e Humanidades promovido pela ADUNICAMP em outubro passado, após a greve na Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da USP. Nos 18 meses de sua gestão, ressaltou o Professor, a ADUNICAMP procurou, também, integrar-se com entidades e representantes do movimento social. "Atuamos, ainda, com grande atenção em relação à preservação da independência da entidade no momento em que a Universidade passava pelo pleito que escolheria o novo reitor da Unicamp", salientou.

AGENDA ADUNICAMP 2003

Devido ao atraso dos fornecedores, a Agenda Adunicamp 2003 será distribuída aos associados em janeiro de 2003.

CANCELAMENTO DE CONVÊNIO

Devido à reclamação de um associado, de mau atendimento que gerou prejuízo, a Adunicamp cancelou, a partir de 11/12/2002, o convênio com a **AUTO-MECÂNICA PICHOLA**.

CAMPANHA SALARIAL INACABADA

A arrecadação de ICMS registrou um crescimento excepcional a partir de setembro deste ano, em função, principalmente, do programa de recomposição de débitos atrasados de ICMS adotado pelo Governo. O Comunicado CRUESP nº. 6/2002, divulgado em 8 de novembro último, reconheceu a existência de uma diferença positiva entre valores previstos e arrecadados da ordem de 289,338 milhões de reais. A previsão da Secretaria da Fazenda do Estado de uma arrecadação de 26, 220 bilhões para 2002, será superada em, pelo menos, 2,82%. Se considerarmos a previsão da Fazenda para dezembro, chegaremos a valores próximos a 26,960 bilhões, o que representa um "excesso" de arrecadação de 738,610 milhões de reais. A Unicamp deverá receber, aproximadamente, R\$ 16 218 381,00 a mais que os valores previstos no seu orçamento. Essa situação permite que as universidades atendam à reivindicação das entidades do Fórum de reajuste salarial de 8% (o que falta para completar o índice de maio passado) mais 4% correspondentes à inflação de maio a outubro. No mínimo, os reitores poderiam conceder um abono salarial de 34,6% ainda em dezembro.



Vivemos uma situação muito semelhante à do final de 1999: uma campanha salarial inacabada e uma proposta orçamentária apresentada ao Consu sem provisão para reajuste salarial, mesmo com previsão de aumento de 10,21% do orçamento da Universidade. Existe uma diferença: hoje está desmascarada a artificialidade do controle da inflação e estamos sentindo isto muito claramente em nossos orçamentos pessoais.

ADUNICAMP REPUDIA PRISÃO DE SEM-TERRA NO MATO GROSSO

A ADUNICAMP se une a entidades de defesa dos direitos humanos, a sindicatos, partidos políticos e aos que anseiam por justiça e liberdade, para repudiar a manutenção, por mais de 120 dias, da prisão arbitrária de oito trabalhadores rurais sem-terra de Mirassol D'Oeste, no Mato Grosso. Acusados de roubo e formação de quadrilha por supostamente terem participado de um saque de alimentos nas proximidades da Fazenda São Paulo, de propriedade do latifundiário Paulo Mendonça, onde estavam acampados junto a outras 1,2 mil famílias sem-terra daquela região, Geraldo Camilo Pereira, José Francisco dos Santos, Genadir Vieira dos Santos, Mauro Bento Farias, José Martins Neves, Gulmercino Rodrigues de Oliveira, Ana Maria dos Reis e Alberto Gonçalves de Oliveira estão presos desde 29 de julho passado.

Contra a permanência ilegal dos oito na prisão foram tomadas pelo MST e por lideranças nacionais inúmeras medidas jurídicas e políticas entre elas um pedido de Habeas Corpus no Tribunal de Justiça do Estado que, porém, ainda não foi julgado. Uma mobilização no último dia 26 reuniu, no Mato Grosso,

diversas lideranças nacionais e reivindicou junto ao Judiciário e ao Tribunal de Justiça que apressem o desenlace do caso, uma vez que o prazo máximo legal para prisão, antes de concluído o processo é de 81 dias.

A manutenção destes trabalhadores rurais na prisão indica o modo arbitrário com que o caso vem sendo tratado. E, mais que isso, caracteriza que eles permanecem encarcerados por motivos políticos. Isto porque o juiz que cuida do caso está condicionando a libertação dos oito à desocupação de uma área da Fazenda São Paulo. Ou seja: o encarceramento está sendo utilizado como moeda de troca.

Por não concordar com ações arbitrárias como esta, defender a luta dos agricultores brasileiros pela posse da terra onde possam produzir e trabalhar e, ainda, por defender o cumprimento das leis e o tratamento igual da Justiça para todos, a ADUNICAMP se solidariza aos agricultores presos e se une a outras entidades, organizações e pessoas para reivindicar a libertação imediata dos oito trabalhadores rurais sem terra presos.

É com grande pesar que comunicamos o falecimento da associada Priscila Maria de Oliveira Papaíordanou, docente da Faculdade de Ciências Médicas, em 10/12/2002.



CARTA DE BELÉM

O 45º CONAD - Conselho do ANDES-SN realizou-se em Belém - PA, no período de 1º a 3 de novembro de 2002, poucos dias após as eleições presidenciais e em uma região estratégica para os que lutam por uma nova sociedade libertada das imposições do Capital.

Os delegados e observadores presentes ao 45º CONAD não apenas registram a importância histórica da eleição do companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, oriundo do proletariado, num país marcado pela discriminação e pelo preconceito mas, acima de tudo, sublinham a vitória imposta pelo povo trabalhador aos que, no Brasil, representam e aplicam os planos destrutivos do Capital, em especial, o receituário do FMI. Tal fato, além de revestir-se de importância para a vida nacional, tem desdobramentos políticos em escala continental e mundial.

O fato de a sociedade brasileira ter rejeitado os programas neoliberais do FMI, do BM, da OMC e de seus aliados internos, representados e coordenados por FHC e sua equipe, é a maior demonstração da maturidade política do povo que recusou claramente as seduções do poder instituído para propor uma nova forma de sociabilidade. Ao fazê-lo, a sociedade brasileira constituiu um campo novo de desafios e possibilidades que requererão das organizações e dos militantes do campo popular uma capacidade estratégica de pensar as formas de mobilização dessa imensa energia liberada para construir as políticas necessárias à reconstrução nacional e à liberação do trabalho face às determinações do capital financeiro.

Desafios e possibilidades que exigirão de todos nós a afirmação das soluções necessárias dos graves problemas nacionais, com base nas reivindicações históricas levantadas pelos movimentos sociais como, também, a elaboração coletiva e democrática de alternativas. Este novo governo está colocado diante de restrições econômicas criadas pela submissão do Brasil à ordem do capital financeiro internacional, num momento em que o endividamento externo e interno é o maior já registrado em nossa história. Não desconhecemos que a construção de uma alternativa popular despertará, nacional e internacionalmente, as reações dos que buscarão manter o Brasil dentro da ordem estabelecida. Mas, na medida em que se tomem concretas as aspirações daqueles que o elegeram, o novo governo angariará, no Brasil e no mundo, o apoio dos trabalhadores e dos povos. Somente a mobilização das classes trabalhadoras e dos movimentos sociais poderá garantir que as expectativas reveladas pelo processo eleitoral se transformem, de fato, em elementos de libertação real da nação e dos que nela trabalham. Devemos intervir neste processo na perspectiva internacionalista de unidade dos trabalhadores. Sem dúvida alguma, o Brasil estará sendo acompanhado de perto não apenas pelos organismos internacionais, mas, e isso é decisivo, pelo conjunto dos trabalhadores em escala internacional. Nos anos 60, dizia-se que para onde pendesse o Brasil, perderia a América Latina. Hoje isto também é verdade. O caminho da ampla mobilização é a forma pela qual poderemos atuar no sentido de dar nossa contribuição decisiva para que esta experimentação histórica se concretize

na perspectiva libertadora. Se, pelo contrário, imaginarmos que a automaticidade na política garantirá o êxito desse processo, estaremos colaborando fortemente para a frustração das aspirações populares.

No momento atual, é oportuno lembrar que, com a oposição clara ou velada dos meios de comunicação, sem a participação da maioria dos partidos, sem qualquer apoio governamental, 11 milhões de brasileiros disseram não à ALCA e à entrega de Alcântara. Recusaram o aprofundamento da subordinação nacional ao imperialismo. Impõe-se, agora, a necessidade da realização de um plebiscito oficial. É nessa direção que o resultado das eleições ganha a dimensão da continuidade da luta.

Dizer não às relações econômicas internacionais subalternas e à política de guerra que atacam a soberania das nações e impõem à classe trabalhadora a perda de direitos e conquistas significa defender os serviços públicos, a universidade pública gratuita, laica, socialmente referenciada e a previdência pública, ameaçada pelas pretensões da iniciativa privada de obter lucros fáceis, certos e rápidos à custa do sacrifício dos trabalhadores.

O enfrentamento, no próximo período, das políticas privatizantes e reacionárias de Estado significa não abrir mão das reivindicações; não admitir nenhuma solução que implique mais perdas ou abandono dos métodos de luta do sindicato; não compactuar com o cumprimento de acordos firmados com o FMI que inviabilizam a concretização de medidas para atender a pautas de reivindicação e que comprometem os serviços públicos, condenando à miséria milhões de trabalhadores. Mantermos coerentes com o programa de luta do ANDES-SN e com a Carta de Princípios da CUT é a forma concreta de levar à frente as aspirações da imensa maioria dos que, em 27 de outubro de 2002, votaram em Lula.

Isto implica enfrentar as consequências impostas à educação em decorrência da implementação de medidas que comprometeram os reajustes salariais devidos, o plano de carreira e o financiamento das universidades. Significa, portanto, manter a mobilização das amplas massas, em ações conjuntas e unificadas em defesa da educação, saúde, moradia, pelos direitos trabalhistas e de auto-organização dos trabalhadores contra as privatizações e pela reforma agrária.

Para enfrentar o próximo período, imprescindível se faz a continuidade da luta. Com base nas reivindicações que historicamente defendemos. Com um sindicalismo classista, combativo, pela preservação da CUT como central sindical independente que se oriente pelos interesses dos trabalhadores. E com um Sindicato que, de forma autônoma e democrática, não abdique das reivindicações e não abra mão de seus métodos de luta.

As necessidades da imensa maioria da população brasileira indicam claramente o sentido e a direção. Precisamos agora dar à idéia de mudança o significado da transformação social.

Chamamos o conjunto dos docentes universitários a construir, no 22º CONGRESSO do ANDES-SN, um novo patamar da luta em defesa da universidade e da educação públicas, e por um Brasil livre da opressão imperialista e da exploração classista.

A LUTA DEVE CONTINUAR

Belém-PA, 3 de novembro de 2002